



# PANORAMA GERAL DO SETOR DE PETRÓLEO E GÁS: UMA AGENDA PARA O FUTURO

# Expediente

---

**Presidente / CEO do IBP:**

Roberto Furian Ardenghy

**Diretora Executiva Corporativa:**

Claudia Rabello

**Diretor Executivo de E&P:**

Claudio Fontes Nunes

**Diretora Executiva de Gás Natural:**

Sylvie D'Apote

**Diretora Executiva de *Downstream* Interina:**

Ana Mandelli

**Coordenação de Análise Econômica:**

Aldren Vernersbach

Isabella Costa

Juliana Barreto

Leonardo Lima

Vinicius Daudt

**Gerência de Comunicação e**

**Relacionamentos com Associados:**

Alexandre Romão

Demy Gonçalves

Carolina Souza

Caroline Lyrio

Ingrid Buckmann

Tatiana Campos

Vanessa Rangel

## ÍNDICE

---

<b>SUMÁRIO EXECUTIVO</b>	<b>04</b>
<b>VISÃO GERAL</b>	<b>05</b>
<b>O SETOR DE PETRÓLEO E GÁS NO CONTEXTO TRANSIÇÃO ENERGÉTICA</b>	<b>08</b>
<b>AGENDA PRIORITÁRIA DO SETOR</b>	<b>11</b>
O SEGMENTO DE EXPLORAÇÃO & PRODUÇÃO DE PETRÓLEO	<b>11</b>
O SEGMENTO DE GÁS NATURAL	<b>14</b>
O SEGMENTO DE REFINO E DISTRIBUIÇÃO	<b>16</b>
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>19</b>

---



## SUMÁRIO EXECUTIVO

▣ A indústria de petróleo e gás tem papel **estratégico no Brasil por sua importância energética e pelos benefícios proporcionados à sociedade**, como atração de investimentos, geração de empregos e de receitas para o país.

▣ O setor representa 17% do PIB industrial do país e vai continuar contribuindo com o crescimento econômico através de investimentos previstos em exploração e produção da ordem de US\$ 173 bilhões entre 2024 e 2033.

▣ A produção nacional de petróleo deverá alcançar em 2031 um volume total da ordem de 4,5 Milhões barris por dia proporcionando, somente no segmento do *upstream*, mais de 344 mil postos de trabalho na média anual no período 2024-2033. No mesmo período, serão recolhidos aos cofres públicos mais de US\$ 600 bilhões (são considerados *Royalties*, Imposto de Renda, Participações Especiais, parcelas de óleo lucro e outros impostos).

▣ O processo de transição energética em curso é uma **oportunidade para o Brasil** em razão do perfil diferenciado de emissões de gases de efeito estufa do país, da alta participação das fontes renováveis em sua matriz energética e pelo nível de emissões relativamente baixo da produção do petróleo em comparação com outros países.

▣ Para que o Brasil concretize as oportunidades associadas à cadeia da indústria de petróleo e gás, é necessário, porém, um ambiente de negócios que proporcione:

- i. segurança jurídica e respeito aos contratos vigentes;
- ii. simplificação tributária com regulamentação da monofasia do ICMS dos derivados, com alíquotas *ad rem*;
- iii. liberdade de precificação;
- iv. incentivo à competição nos mercados de gás natural e refino que possibilite a atração de investimentos;
- v. multiplicidade de agentes.

# VISÃO GERAL DO SETOR



A indústria de petróleo e gás natural é um dos pilares do sistema energético brasileiro, sendo **responsável por quase metade da oferta interna de energia**<sup>1</sup>. A relevância do setor é medida por sua grande capacidade de geração de empregos e de receitas de exportação e vendas internas, além da significativa arrecadação tributária nas esferas municipal, estadual e federal. Além disso, a segurança energética e a descarbonização passaram a andar lado a lado nos últimos anos, especialmente em razão do conflito entre Rússia e Ucrânia. Diante disso, o Brasil apresenta condições únicas para se tornar um relevante exportador de energia para os mercados mundiais. Todos os dias são produzidos no Brasil mais de 4,2 milhões de

boe<sup>2</sup> (petróleo e gás natural) e as refinarias processam cerca de 2,0 milhão de barris<sup>3</sup> que são transportados para as mais diversas localidades do país. Tudo isto com segurança, eficiência e preocupação ambiental.

O setor de petróleo e gás natural é hoje um dos mais dinâmicos da economia brasileira e coloca o país em uma posição de destaque no mercado mundial.



**O BRASIL É O 8º MAIOR PRODUTOR DE PETRÓLEO DO MUNDO, O 8º MAIOR CONSUMIDOR, ALÉM, DE TER O 9º MAIOR PARQUE DE REFINO.**

<sup>1</sup> EPE, 2022. Balanço Energético Nacional.  
<sup>2</sup> Barris de Petróleo equivalentes.

<sup>3</sup> 2022, BP *Statistical Review*.

A exportação de petróleo e derivados é um dos destaques na balança comercial brasileira, com receita superior a US\$ 54 bilhões em 2023<sup>4</sup>. Nos últimos 8 anos, o segmento de petróleo e derivados gerou US\$ 110 bilhões em *superávit* comercial, sendo o petróleo bruto e os derivados, respectivamente, os segundo e quarto itens mais importantes em termos de valor.

A robustez da indústria brasileira de petróleo e gás natural é resultado da abertura do segmento de Exploração & Produção (E&P), iniciada nos anos 90 e, mais recentemente, da abertura do mercado do gás natural e do refino. A partir da Lei do Petróleo de 1997, o monopólio da Petrobras foi flexibilizado, o que levou à entrada de novos agentes. Este importante marco trouxe mais competição e diversificação de empresas, reduzindo riscos e proporcionando um ambiente de negócios atrativo para investimentos, gerando emprego e renda. Para termos a dimensão desse crescimento, ao longo dos últimos 20 anos, a produção de petróleo saiu de pouco mais de 1 milhão de barris/dia para 3,4 milhões de barris/dia<sup>5</sup>. O Brasil, que importava cerca de 90% do petróleo que consumia no início dos anos 70,



**HOJE É UM EXPORTADOR LÍQUIDO COM SALDO DE MAIS DE 1 MILHÃO BARRIS/DIA.**

O movimento inicial de abertura se realizou com a presença de empresas com experiências diversificadas, tanto nacionais quanto estrangeiras, enquanto a Petrobras buscava focar suas atividades em águas profundas em função do seu alto potencial e dos expressivos resultados alcançados.

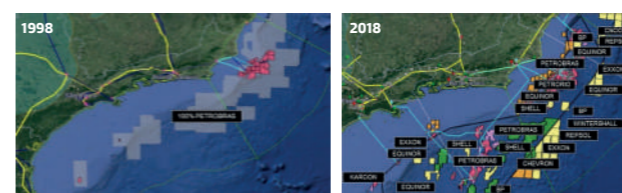
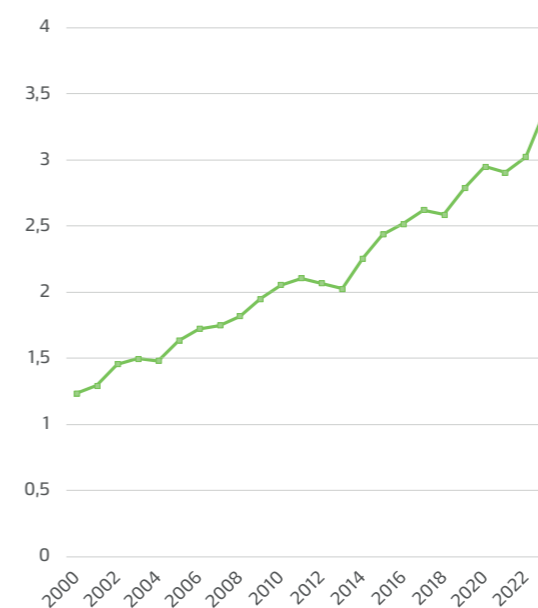
O Brasil possui atualmente **84<sup>6</sup> grupos atuando no upstream, sendo 45 nacionais**, com diversos tamanhos e perfis de atuação. Por sua vez, as companhias independentes são responsáveis por cerca de 4% da produção nacional (cerca de 237 mil barris por dia em 2023). Segundo relatório da Wood Mackenzie<sup>7 e 8</sup>, as operadoras independentes vão investir US\$ 10 bilhões nos projetos até 2027, aumentando a produção desses ativos, que devem atingir o pico de 485 mil barris por dia em cinco anos. Estas empresas devem aumentar em 980 milhões de barris de óleo equivalente (boe) as reservas remanescentes desses ativos, um volume significativo para quem está investindo em projetos de revitalização da produção.

<sup>4</sup> 2022, MDIC - Dados SISCOMEX.  
<sup>5 e 6</sup> ANP, 2023  
<sup>7 e 8</sup> Wood Mackenzie. <https://www.woodmac.com/reports/upstream-oil-and-gas-the-rise-of-independent-operators-in-brazil-150072451/>  
<https://epbr.com.br/independentes-vo-investir-us-10-bilhoes-em-projetos-vendidos-pela-petrobras/>

Dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP) indicam que a produção por concessionário excluindo a Petrobras foi de cerca de 35%, em 2023, o que representa aproximadamente 1,2 milhão barris/dia<sup>9</sup>. A Figura 1 mostra a evolução da produção, bem como a ampliação do número de agentes do setor nas últimas décadas.

**Figura 1: Evolução da produção nacional de petróleo**

Milhões de barris por dia, 2000-2023



Fonte: elaboração IBP com dados ANP <sup>10</sup>

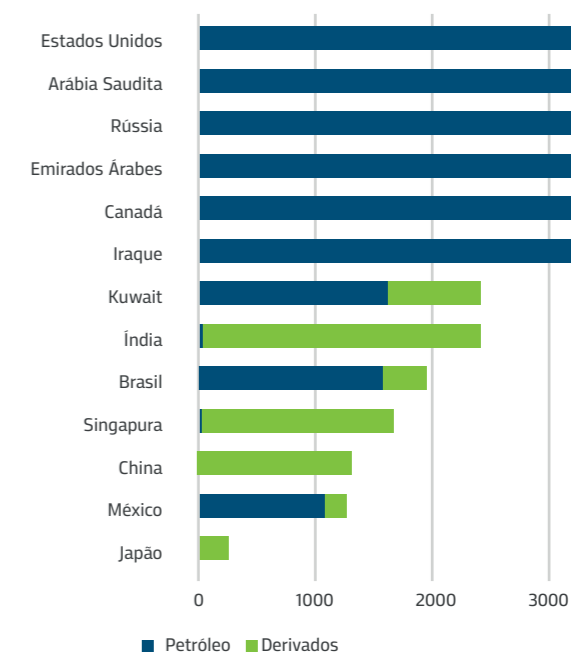
O aumento do nível de produção também levou o país à posição relevante na exportação de petróleo e derivados.



**EM 2022, O BRASIL APARECEU ENTRE OS MAIORES EXPORTADORES DE PETRÓLEO E DERIVADOS, COM UM TOTAL DE 1,9 MILHÃO DE B/D ENVIADOS AO EXTERIOR, COMO MOSTRA A FIGURA 2.**

**Figura 2: Exportadores de petróleo e derivados**

Milhões de barris por dia, 2022



Fonte: Elaboração IBP com dados ANP e Energy Institute

<sup>9</sup> 2022, ANP. Painel Dinâmico. Disponível em <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrJoiNzVmNmZlMzQ0NTY1NC00ZGVhLTk5N2ItNzBkMDNhY2IxZTlxliwidCI6IjQ0OTImNGZmLTlOYTYyNGIOMiIiNzVmLTUyNGFmY2FkYzIxZkxkMyJ9>  
<sup>10</sup> 2023, ANP. Painel Dinâmico. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrJoiNzVmNmZlMzQ0NTY1NC00ZGVhLTk5N2ItNzBkMDNhY2IxZTlxliwidCI6IjQ0OTImNGZmLTlOYTYyNGIOMiIiNzVmLTUyNGFmY2FkYzIxZkxkMyJ9>



# O SETOR DE PETRÓLEO E GÁS NO CONTEXTO DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

O Brasil possui posição privilegiada na transição energética com uma **participação de mais de 49,17% das energias renováveis** em sua matriz energética<sup>11</sup>. Na média mundial, essa participação não chega a 20%<sup>12</sup>. Considerando a matriz elétrica, as renováveis correspondem a 87%, enquanto na média mundial essa participação é de cerca de 30%<sup>13</sup>. Esses dados mostram a riqueza e diversidade de fontes de energia no Brasil.

A indústria de petróleo e gás natural do país também tem vantagens competitivas em termos de transição energética, garantindo uma posição estratégica na indústria global. Ainda que o mundo tenha que caminhar em direção à descarbonização, há consenso de que o **petróleo e o gás natural permanecerão indispensáveis** para assegurar a oferta de energia e bem-estar da população nos próximos anos. Projeções recentes da Agência Internacional de Energia (IEA, na sigla em inglês)

indicam que a demanda global por petróleo ficará em cerca de 100 milhões de barris/dia ao longo das próximas décadas. Mesmo em um cenário que leva em conta as metas de descarbonização já anunciadas, a demanda global por petróleo permanecerá em nível superior a 50 mb/d até 2050<sup>14</sup>. Essas projeções mostram claramente que

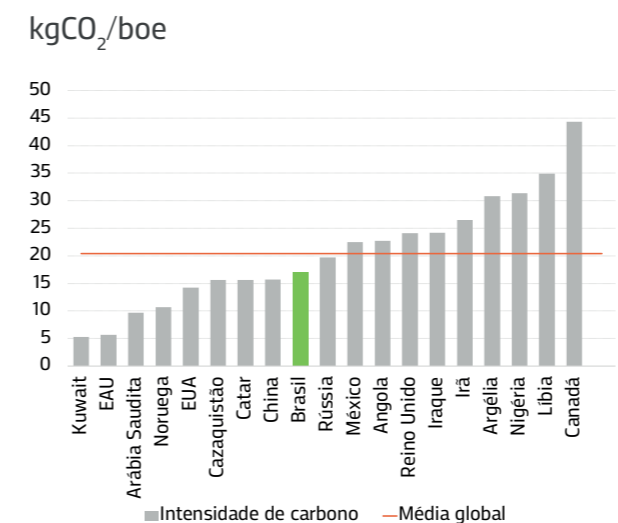


**UM FUTURO DESCARBONIZADO NÃO SERÁ UM FUTURO SEM PETRÓLEO.**

Para responder ao desafio global de reduzir as emissões, as empresas de O&G já diversificam seus investimentos para incluir novas tecnologias de baixo carbono, implementar medidas para reduzir emissões associadas às suas operações, além

de priorizar tipos de petróleo com menor intensidade de carbono. É o caso do produto brasileiro: a produção de petróleo do país se caracteriza por uma intensidade de carbono por barril mais baixa do que boa parte de outros países produtores, como mostra a Figura 3.

**Figura 3 – Taxa de emissão de CO<sub>2</sub> por barril (2019)**



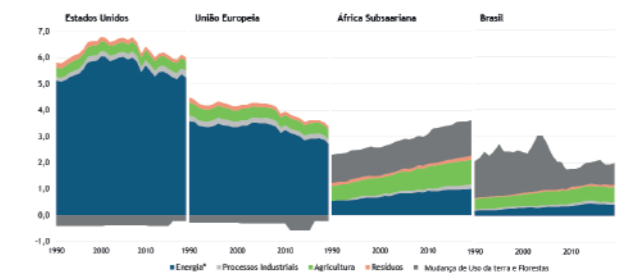
Fonte: 2022, BP

Grandes produtores mundiais de petróleo como Canadá, Irã e Iraque apresentam taxas de emissão de CO<sub>2</sub> por barril consideravelmente acima da média global. Em um cenário de médio e longo prazo, a menor taxa de emissão do petróleo brasileiro tende a beneficiar o Brasil como país produtor.

Outra vantagem competitiva do Brasil está relacionada ao perfil de emissões. Enquanto na maior parte dos países o setor energético aparece como principal responsável pelas emissões de CO<sub>2</sub>, no Brasil, **a maioria das emissões do CO<sub>2</sub> provem da agricultura e das mudanças de uso da terra e florestas**, como pode ser observado na Figura 4.

**Figura 4: Emissões anuais de Gases do Efeito Estufa por setor**

1990-2019, Gigatoneladas de CO<sub>2</sub> equivalente (GtCO<sub>2</sub>e)



(\*). Inclui emissões de atividades relativas ao aquecimento de edifícios, manufaturas, transportes e construções.

Fonte: Elaboração IBP com dados Financial Times e SEEG (2022)

Os dados mostram que **políticas de descarbonização voltadas para Mudança de Uso da Terra e Florestas e Agricultura tendem a ser mais efetivas** para o cumprimento dos compromissos de descarbonização do país.

Um aspecto da transição energética no qual o setor de O&G pode dar contribuições significativas é o desenvolvimento de tecnologias para a descarbonização. O Brasil tem exemplos como projetos de mecanismos de captura, uso e armazenamento de carbono (CCUS)<sup>15</sup>, o potencial das eólicas offshore e ainda dos projetos de desenvolvimento do hidrogênio verde.

As empresas do setor no Brasil têm grande experiência e uma posição privilegiada para o desenvolvimento tecnológico das eólicas offshore. A extensão da costa brasileira, e as correntes de vento, em particular no Nordeste do país, são diferenciais importantes para a expansão dessa fonte de energia.

O Brasil possui hoje quase 170 GW de projetos de energia eólica offshore com processo de licenciamento ambiental aberto no IBAMA<sup>16</sup>.

Outro exemplo é o Programa de CCUS desenvolvido nos campos do pré-sal pela Petrobras de forma pioneira, sendo o maior programa de reinjeção de CO<sub>2</sub> offshore do mundo. A empresa tem ainda o compromisso de reinjeção de 80 milhões tCO<sub>2</sub> até 2025 é em projetos de CCUS<sup>17</sup>.

No hidrogênio verde<sup>18</sup>, o Brasil pode se destacar por conta da elevada participação das fontes renováveis na sua matriz elétrica. Desta forma, o país tem grande potencial competitivo como exportador, atraindo o interesse de diversos players internacionais que já têm firmado acordo para a produção futura no país.

Para cumprir suas metas climáticas e assegurar a oferta de energia necessária para o seu desenvolvimento econômico, é importante que o Brasil mantenha uma matriz energética plural, diversificada, equilibrada e com um alto percentual de fontes renováveis. O processo de transição energética, porém, é a última janela de oportunidade para a geração de riquezas a partir da exploração dos recursos de petróleo e gás no Brasil. O atual momento é crucial para a definição da trajetória do setor no país ao longo dos próximos anos.

No segmento do refino, é necessário modernizar a regulação para incluir novas rotas tecnológicas de produção de biodiesel,

estratégia já adotada com sucesso em diversos países e que valorizam e estendem a vida útil do enorme parque de refino brasileiro ao passar a produzir combustíveis com menores teores de carbono. Estas tecnologias geram um aproveitamento adicional da biomassa renovável do Brasil, a otimização logística e a maior competição entre diferentes produtos com benefícios quanto a preço, qualidade e oferta aos consumidores.



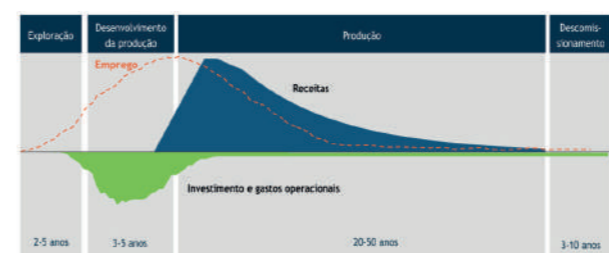
# AGENDA PRIORITÁRIA DO SETOR



## O SEGMENTO DE EXPLORAÇÃO & PRODUÇÃO DE PETRÓLEO

O ciclo de investimentos no setor de O&G é longo, com uma janela de tempo significativa entre o início dos investimentos nas atividades exploratórias e o início da produção e da geração de receitas, conforme demonstrado na Figura 5.

Figura 5: Ciclo típico do investimento em E&P



Fonte: Elaboração IBP com dados da ABESPETRO (2022)

Assim, os investimentos do setor têm longo prazo de maturação - de cinco a sete anos, em média, para que haja descobertas de recursos economicamente viáveis. O ciclo de produção é de até 35 anos. Vale destacar ainda que, até o início da produção, os projetos operam sem receita. Essa característica de uma fase mais prolongada de investimentos reflete a importância da segurança jurídica dos regimes fiscais para atração de novos investidores e manutenção dos já existentes.

A fase de descomissionamento consiste no encerramento permanente das operações e envolve o abandono de poços, a remoção de estruturas, o manejo adequado de materiais e resíduos, além da restauração ambiental da área<sup>19</sup>.

De acordo com estudo da secretaria de desenvolvimento econômico do Rio de Janeiro em estudo de 2019, as atividades de encerramento de 21 plataformas de petró-

<sup>16</sup> 2022, IBAMA. [http://www.ibama.gov.br/phocadownload/licenciamento/2022-08-11\\_Usinas\\_Eolicas\\_Offshore\\_Ibama.pdf](http://www.ibama.gov.br/phocadownload/licenciamento/2022-08-11_Usinas_Eolicas_Offshore_Ibama.pdf)

<sup>17</sup> Petrobras, 2022. Plano Estratégico 2023-2027

<sup>18</sup> O Hidrogênio Verde é aquele que é produzido com eletricidade gerada a partir de fontes renováveis como a eólica, solar e hídrica.

<sup>19</sup> 2022, FGV. Aspectos técnicos por trás das atividades de descomissionamento.

leo na Bacia de Campos tinham potencial de geração de 50 mil postos de trabalho em um período de 4 a 5 anos. Levantamento semelhante aplicado ao Espírito Santo, realizado em 2020, identificou que projetos nesta fase poderiam gerar a abertura de 2 mil postos de trabalho diretos e indiretos em um período de cinco anos no estado<sup>20</sup> e, que, cada poço de petróleo em terra descomissionado pode gerar cerca de 55 empregos diretos<sup>21</sup>.


A concorrência entre os países pela atração de novos investimentos em E&P se dá por meio do desenho de sistemas fiscais e regulatórios que sejam atrativos e estimulem a competição. Esse aspecto é especialmente sensível no caso do Brasil, que tem regimes tributários complexos, afetando a competitividade com seus concorrentes internacionais.

Para compensar parcialmente as assimetrias fiscais em relação a outros países e assegurar a competição do setor no Brasil, foi implementado o regime aduaneiro do REPETRO<sup>22</sup>. Estabelecido na abertura do setor, em 1997, **o REPETRO foi a forma encontrada para dar ao Brasil o mesmo tratamento fiscal** utilizado por outros países, sem onerar investimentos e passar a tributar as receitas decorrentes da produção.

Sem o REPETRO, equipamentos adquiridos na etapa de investimentos sofreriam um acréscimo expressivo por causa dos tributos aduaneiros, o que tornaria inviável economicamente grande parte dos projetos de exploração e produção no Brasil, incluindo

no pré-sal. Assim, a manutenção do REPETRO é fundamental para a competitividade do setor no Brasil na etapa exploratória – que concentra os investimentos para descobrir campos de óleo e gás e desenvolver a produção – fase na qual não há receitas com a venda do petróleo.

Considerando apenas a etapa de Exploração & Produção (E&P), o IBP projeta



**CERCA DE 344 MIL POSTOS DE TRABALHO NA MÉDIA ANUAL, ATÉ 2033. A ESTIMATIVA APONTA MAIS DE US\$ 173 BILHÕES EM INVESTIMENTOS NO PERÍODO.**

Sem o REPETRO, o setor deixaria de gerar quase US\$ 130 bilhões em investimentos nos próximos 10 anos e 322 mil postos de trabalho, na média anual, deixariam de ser proporcionados. Por isso, **a manutenção do REPETRO é fundamental para a competitividade do país e para o setor.**



É importante destacar que o REPETRO não representa um subsídio ou uma renúncia fiscal, mas sim a transferência da tributação da etapa inicial de investimentos para a fase de efetiva produção. Esse modelo segue as melhores práticas observadas em outros grandes produtores de petróleo como Estados Unidos, Canadá e Noruega.

Do ponto de vista regulatório, é importante fortalecer a atuação das agências reguladoras, por meio da manutenção de definições com base em critérios técnicos, da celeridade dos processos, da promoção do debate amplo com participação social e da fiscalização assertiva sobre as atividades reguladas, assegurando assim um ambiente de negócios saudável, transparente e que defenda também os interesses dos consumidores.

**Outra pauta prioritária deve ser o aprimoramento do processo de licenciamento ambiental.** Dadas as especificidades do setor e o grande volume de atividades que ocorrem na exploração e produção de petróleo e gás, a celeridade, regramentos e padronizações ainda são necessários.

O atual contexto do mercado internacional de petróleo - no qual segurança energética é cada vez mais relevante e acirrou a competição - reforça **a importância da elaboração de arcabouços fiscais e regulatórios para a manutenção e o aumento da atratividade do país.** Nesse contexto, são essenciais instrumentos que assegurem a competitividade, tais como o REPETRO, a estabilidade do arcabouço jurídico e regulatório e o aperfeiçoamento do licenciamento ambiental.



<sup>20</sup> 2021, FGV. Descomissionamento offshore no Brasil: oportunidades, desafios e soluções.  
<sup>21</sup> 2020, Fórum Capixaba de Petróleo e Gás. Disponível em: <https://clickpetroleoegas.com.br/2-mil-empregos-serao-criados-no-espirito-santo-decorrentes-de-desativacoes-de-campos-de-petroleo-e-descomissionamento-de-plataformas/>  
<sup>22</sup> O REPETRO é o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural

## O SEGMENTO DE GÁS NATURAL

No contexto da transição energética, o **gás natural desempenha um papel cada vez mais estratégico na matriz energética nacional**, por sua característica de menor emissão, comparado com os combustíveis usados na indústria e no transporte, e de complementariedade com fontes renováveis na geração de eletricidade. De acordo com estimativas da *Energy Information Administration (EIA)*,



**O GÁS NATURAL EMITE CERCA DE 45% MENOS DO QUE O CARVÃO E 29% MENOS DO QUE O DIESEL<sup>23</sup>.**

O Brasil tem grande potencial para o aumento da participação do gás natural em sua matriz. Entretanto, o aproveitamento

do insumo e a viabilização dos investimentos dependem da criação de um mercado amplo e competitivo, com diversos agentes. Estimativas do Plano Decenal de Energia 2031 da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) indicam que a produção líquida de gás natural, que em 2022 foi de 51 milhões m<sup>3</sup>/dia, poderá alcançar a marca de 134 milhões de m<sup>3</sup>/dia em 2032. A maior produção vai decorrer diante do aumento dos investimentos esperados para os próximos anos como mostra a Figura 6.

**Figura 6 : Investimentos previstos e indicativos<sup>1</sup>**

Classificação	Previstos		Indicativos (business as usual)	
	Projetos	R\$ bi	Projetos	RS bi
Gasodutos de Escoamento	1	6,0	2	6,6
Gasodutos de Transporte <sup>2</sup>				10,0
Terminais de Regaseificação de GNL	1	0,4	3	1,1
UPGNs e Hubs	1	2,4	1	3,5
Distribuição <sup>3</sup>				5,5
TOTAL				26,7

Fonte: (1) EPE 2022 (PDE 2032); (2) ATGás 2022; (3) Abegás 2022

Até recentemente, os elos da cadeia de gás natural eram dominados por um único agente. No entanto, com a assinatura do Termo de Compromisso de Cessação (TCC), celebrado entre o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE)<sup>24</sup> e a Petrobras, e a publicação da Lei 14.134/2021 (Nova Lei do Gás), novos *players* passaram a atuar no setor. A entrada de novos agentes compartilhando o uso da infraestrutura de transporte oferece mais transparência dos custos em um setor regulado da economia. **Nesse sentido, a venda dos ativos de transporte pela Petrobras teve um efeito benéfico pela desverticalização e maior concorrência na cadeia de gás natural.**



**DENTRE OS BENEFÍCIOS DA NOVA LEI DO GÁS ESTÃO O ESTÍMULO A MENOR CONCENTRAÇÃO DA OFERTA E O AUMENTO DA COMPETIÇÃO E O ACESSO DE TERCEIROS À REDE DE TRANSPORTE E ÀS INFRAESTRUTURAS (DUTOS DE ESCOAMENTO, PLANTAS DE PROCESSAMENTO E TERMINAIS DE REGASEIFICAÇÃO).**

É válido destacar que o aprimoramento da regulação pela ANP, a harmonização das regulações estaduais e adequação tributária são elementos ainda em andamento e indispensáveis para a atração de investimentos no setor.

Cabe observar que o acesso de terceiros às infraestruturas de escoamento e processamento já foi iniciado e o Brasil possui uma perspectiva de aumento da oferta de gás a partir de 2024, com implementação de novos projetos (Rota 3, SEAP e BM-C-33). Quanto à necessidade da reinjeção de gás, a técnica é mundialmente conhecida para aumentar a extração de petróleo nos campos produtores, em uma estratégia essencial, em muitos casos, para viabilizar e gerar valor para projetos de Exploração & Produção. Além disso, a reinjeção de gás permite o armazenamento do CO<sub>2</sub> nos reservatórios, sem a liberação deste gás para a atmosfera, contribuindo de forma significativa com nossas metas de redução de emissão de gases de efeito estufa (IGEE).



<sup>23</sup> Comparação feita utilizando as emissões em Kg de CO<sub>2</sub> por milhão de *British Thermal Unit (BTU)* com base em dados disponíveis em [https://www.eia.gov/environment/emissions/co2\\_vol\\_mass.php](https://www.eia.gov/environment/emissions/co2_vol_mass.php).

<sup>24</sup> O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) é uma autarquia federal, vinculada ao Ministério da Justiça, com sede e foro no Distrito Federal, que exerce, em todo o Território nacional, as atribuições dadas pela Lei nº 12.529/2011.



## O SEGMENTO DE REFINO E DISTRIBUIÇÃO

A recente entrada de novos *players* transformou o mercado brasileiro de *downstream* e trouxe um novo ciclo de investimento para o segmento compatível com a demanda crescente de derivados no Brasil, como previsto pelo Plano Decenal de Energia 2031 da EPE.

O movimento da promoção da livre concorrência implicará uma nova dinâmica para o setor, proporcionando a convivência de múltiplos modelos de negócio, novas oportunidades para investimentos na ampliação da oferta de produtos (inclusive de biocombustíveis de segunda geração) e de melhorias na infraestrutura de movimentação logística, além de ampliar a concorrência entre diferentes rotas de suprimento que beneficiam o consumidor final. **Este cenário requer um ambiente de negócios saudável, competitivo, transparente e pautado por mecanismos de mer-**

### cado com liberdade de precificação e com estabilidade regulatória, jurídica e fiscal.

A defesa pela liberdade de precificação, suportada pelas Leis do Petróleo e de Liberdade Econômica, que definem a intervenção do Estado como apenas subsidiária e excepcional, está em linha com a característica de *commodity* global dos derivados, cujo preço, definido a partir de inúmeras interações de agentes, **reflete o equilíbrio entre demanda e oferta de produtos**, estimulando a busca da maior eficiência e competitividade e a atração de novos investimentos.

A partir da entrada de múltiplos atores no refino e na importação de derivados, será possível o desenvolvimento de indicadores de preço de mercado nacionais para combustíveis. Até que este cenário se concretize, é importante que os preços estejam alinhados ao mercado, de forma a garantir transparência, previsibilidade e sinalizações coerentes aos agentes econômicos.

A série histórica de preços dos últimos 20 anos mostra um alinhamento aos preços internacionais. Mas, ao longo destes anos, verificou-se períodos mais longos de descolamento dos preços internacionais, que geraram distorções competitivas diante de preços maiores ou menores do que as cotações de referência.

No campo fiscal, **o mercado de combustíveis se beneficiará com a implantação do sistema monofásico para o ICMS**, conforme previsto na Constituição desde 2001, e regulamentado pela Lei Complementar 192/22. A monofasia, incidente uma única vez no produtor ou importador, com alíquota uniforme e específica (*ad rem*, ou seja, estabelecendo um valor fixo por litro) em todo o Brasil, representa um avanço sem precedentes na simplificação tributária do setor, reduzindo os custos de apuração, arrecadação e fiscalização. Esta mudança elimina as diferenças de alíquotas entre os estados e, conseqüentemente, as brechas para a sonegação e o mercado irregular. Adicionalmente, a alíquota *ad rem* do tributo, por ser específica por litro, desindexa o tributo do preço da *commodity*, deixando de contribuir para a volatilidade de preços.



Dado o peso do transporte nas emissões de gases de efeito estufa, o setor de refino e distribuição tem uma contribuição importante na produção de combustíveis de baixos teores através da adaptação das refinarias para o processamento de cargas renováveis, aproveitando o potencial da enorme biomassa nacional para a produção de hidrocarbonetos líquidos (GLP, diesel, querosene de aviação), com investimento relativamente baixo em capital adicional nas refinarias existentes.

Para tanto, **é imperativo que a política pública confirme a introdução das novas rotas tecnológicas de produção de biodiesel** em igualdade de condições com a rota existente para cumprimento do mandato de mistura ao óleo diesel comercializado à sociedade. Além do aproveitamento adicional da biomassa renovável do Brasil, a introdução de novas rotas levará a otimizações logísticas, maior competição entre diferentes produtos com benefícios quanto a preço, qualidade e oferta aos consumidores e a valorização dos ativos de refino, atraindo investimentos para o setor.

O segmento de *downstream*, por estar na base da economia, movimentando cargas e pessoas, é importante em termos econômicos, sobretudo em função dos investimentos associados à infraestrutura necessária para o segmento.



**ESTIMATIVA DO IBP INDICA QUE CADA R\$ 1 INVESTIDO EM INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA GERA UM IMPACTO TOTAL DE R\$ 3,82 NO PIB.**

Para atender ao crescimento da demanda ao longo dos próximos 10 anos, são necessários **mais de R\$ 130 bi de investimentos em infraestruturas setoriais e multisetoriais**, o que coloca o segmento em uma **posição relevante para o crescimento econômico do país**.



**A EXPECTATIVA É DE UMA GERAÇÃO DE 3,7 MILHÕES DE NOVOS POSTOS DE TRABALHO EM UMA DÉCADA.**

Entretanto, a concretização das projeções depende de um ambiente de negócios atrativo para os investimentos.

## CONCLUSÃO



**Como demonstrado, a indústria de petróleo e gás tem papel estratégico no Brasil** tanto do ponto de vista energético quanto do ponto de vista socioeconômico, tendo em vista a sua capacidade de atração de investimentos, geração de empregos e de receitas. A robustez da indústria está associada a grandes mudanças que ocorreram nas últimas décadas no sentido da sua abertura que elevaram a sua competitividade e fizeram do Brasil um **ator de grande relevância no mercado internacional**. A contribuição para o setor público também é extremamente relevante. Segundo cálculos da ANP, União, estados e municípios devem arrecadar R\$ 90 bilhões em *royalties* e participações especiais em 2024, R\$ 99 bilhões em 2025, R\$ 108 bilhões em 2026, e R\$ 105 bilhões em 2027. Só em 2024, por exemplo, os estados deverão receber R\$ 28 bilhões e os municípios R\$ 20 bilhões. As receitas restantes (R\$ 42 bilhões) se dividem entre recursos da União e do Fundo Especial.

O processo de transição energética também se desdobra em uma série de oportunidades para o Brasil em função de algumas características específicas do país: o perfil diferenciado das emissões, a alta participação de fontes renováveis e ainda a intensidade de carbono relativamente baixa na produção do petróleo dão ao país a possibilidade de ser um protagonista. Neste contexto, o setor pode ser um importante aliado por meio de suas contribuições voltadas para soluções tecnológicas, tais como eólicas *offshore*, CCUS, geotermia e hidrogênio verde.

É importante destacar que a **materialização dessas oportunidades depende de um ambiente de negócios que seja atrativo**, o que passa necessariamente pela configuração de um sistema legal, fiscal e regulatório que promova a competitividade do setor.



CONECTAR A INDÚSTRIA PARA IR CADA VEZ MAIS LONGE.  
ISSO GERA ENERGIA.



@ibpbr



/ibpbr



@IBPbr

**IBP - Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás**

Av. Almirante Barroso, 52 - 21º e 26º andares - RJ - Tel.: (21) 2112-9000

ibp.org.br | relacionamento@ibp.org.br